



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO: TECNÓLOGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

WALISON SOBRINHO FREITAS

**A PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA:
COMPREENDENDO O TRABALHO DA RURALTINS FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

ARAGUAÍNA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO: TECNÓLOGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

WALISON SOBRINHO FREITAS

**A PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA:
COMPREENDENDO O TRABALHO DA RURALTINS FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Gestão e Negócio Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Cooperativismo.

Orientador: Profa. Roseni Aparecida de Moura

ARAGUAÍNA

2018

WALISON SOBRINHO FREITAS

**A PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA:
COMPREENDENDO O TRABALHO DA RURALTINS FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. D.S. Roseni Aparecida de Moura (Orientadora)

Prof. M.S. Bruno Costa da Fonseca

Prof. D.S.: Rumening Abrantes dos Santos

ARAGUAÍNA

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar por ter me dado essa nova oportunidade, de poder finalizar meus estudos, dedico também a minha esposa Janete e aos nossos filhos Emilly e Davi Lucas, com quem compartilhamos a felicidade de viver e depositamos os nossos melhores sonhos.

A minha mãe Maria Inês, pelo enorme esforço que me deu de reingressar novamente e também meu pai Freitas, porque doaram a vida a construir uma família com valores.

Ao professor Cleiton Milagres por fazer parte da minha história no ano de 2013 ao iniciar esse projeto com simplicidade e companheirismo, e dedico a professora Roseni Moura por ter paciência e dedicação comigo.

“Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e que não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado e há sinais de que chegamos a uma crise histórica a ponto de destruir o próprio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. Se a humanidade quer um mundo reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar”. ERIC HOBSBAWM. **A era dos extremos: o breve século XX** (1995).

“Somente buscando o impossível consegue – se realizar o possível. O ser humano não deve buscar o caminho da cura fora de si mesmo. Ele precisa redescobrir que a sua essência se encontra no cuidada”. LEONARDO BOFF. **Saber Cuidar** (1999).

Listas de Siglas

ABCAR – Associação Brasileira de Créditos e Assistência Rural;

ACAR - Associação de Créditos e Assistência Rural;

AIA – *International Association for Economic and Social Development* (Associação Internacional Americana)

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural;

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura;

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;

PRONATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais;

**A PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA:
COMPREENDENDO O TRABALHO DA RURALTINS FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar o papel da Ruraltins, em especial na regional de Araguaína, no desenvolvimento local utilizando-se como categoria analítica as concepções de Sachs (2002), acerca do Desenvolvimento Sustentável. Os questionamentos norteadores do trabalho foram: De que forma as instituições públicas, no caso deste trabalho, a Ruraltins, atua na promoção do desenvolvimento na região que abrange a cidade de Araguaína-To? Qual a relação existente entre a extensão rural e as estratégias de desenvolvimento? Para responder tais questionamentos inicia-se trazendo um breve histórico sobre a Extensão Rural no Brasil. Na sequência apresenta aspectos da Ruraltins no Estado do Tocantins e no município de Araguaína, sua forma de acompanhar cada família no setor rural, compreendendo cada passo, nessa breve análise. A metodologia utilizada foi entrevistas com representantes da Ruraltins e também consulta as páginas oficiais de entidades Governamentais. Ao observar a concepção de desenvolvimento preconizado por Sachs (2002), observa-se que a atuação da instituição perpassa pelas oito dimensões descritas, Ambiental, Econômica, Social, Cultural, Territorial, Psicológico, Política Nacional e Política Internacional.

Palavras-chave: Extensão Rural. Desenvolvimento local. Desenvolvimento Sustentável.

**THE PRACTICE OF RURAL EXTENSION IN THE MUNICIPALITY OF
ARAGUAÍNA: UNDERSTANDING THE RURALTINS WORK IN THE
SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT**

ABSTRACT

This article aims to verify the role of Ruraltins, especially in the Araguaína region, in local development using Sachs (2002) conceptions about Sustainable Development as an analytical category. The questioning guiding the work was: In what way do public institutions, in the case of this work, Ruraltins, act in the promotion of development in the region that covers the city of Araguaína-To? What is the relationship between rural extension and development strategies? To answer such questions begins with a brief history about Rural Extension in Brazil. In the sequence it presents aspects of Ruraltins in the State of Tocantins and in the municipality of Araguaína, its way of accompanying each family in the rural sector, understanding each step in this brief analysis. The methodology used was interviews with representatives of Ruraltins and also consult the official pages of Government entities. In observing Sachs's (2002) conception of development, it can be observed that the institution's performance permeates the eight dimensions described, Environmental, Economic, Social, Cultural, Territorial, Psychological, National Policy and International Politics.

Keywords: Rural Extension. Local development. Sustainable development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. AS DIFERENTES ABORDAGENS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.....	10
2.1 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL	14
3. METODOLOGIA:	16
3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	20
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1. INTRODUÇÃO

A prática da extensão rural deve entrelaçar conhecimentos científicos, técnicos e práticos com vista ao desenvolvimento na sua amplitude, ou seja, possibilitar a melhoria da qualidade de vida das as condições econômicas, sociais e ambientais, dentre outros aspectos a população rural.

Considerando esta assertiva, cabe perguntar: De que forma as instituições públicas, no caso deste trabalho, a Ruraltins, atua na promoção do desenvolvimento na região que abrange a cidade de Araguaína-To? Qual a relação existente entre a extensão rural e as estratégias de desenvolvimento?

Com base nessa problemática, este artigo apresenta um conjunto de reflexões sobre as fases da extensão rural no Brasil e as diferentes experiências no meio rural. Além disso, verifica-se como a Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins), empresa pública de extensão rural contribui para o desenvolvimento local sustentável das comunidades onde atua.

Segundo Lisita (2005), inicialmente a extensão rural nasce com a concepção de superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso a “modernização”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento, preconizados no que se denominou Revolução Verde e com consequências devastadoras tanto no âmbito social quanto ambiental. A extensão rural hoje é vista como um processo educativo que deve entrelaçar os diferentes conhecimentos em busca de melhorias.

Assim, para se entendermos melhor o papel da extensão rural no Brasil, bem como sua interface com o desenvolvimento local é necessário inicialmente fazer - mos um breve resgate histórico sobre os principais marco, bem como, concepções acerca do desenvolvimento local. Em seguida são apresentados os aspectos metodológicos que orientaram o desenvolvimento do trabalho, e por fim são demonstrados os resultados e algumas considerações finais.

2. AS DIFERENTES ABORDAGENS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Este tópico tem por objetivo apresentar uma síntese sobre a evolução histórica e as distintas fases da extensão no Brasil tendo como recorte os séculos XX e XXI. Ou seja, contextualizar historicamente a Extensão Rural, através de modelos e formas de intervenção, focando nos desafios atuais da prática extensionista. Para tanto, encontra-se dividido em 3 subtemas, quais sejam: apresentar o conceito de extensão, as fases da extensão rural no Brasil em que pretende - se evidenciar as origens das práticas e extensionistas abordando desde o modelo de extensão clássico e até abordagens contemporâneas.

O modelo de extensão rural foi adotado pelo Brasil na década de 1930 com forte influência americana e deu início sob o comando do capital que visava superar o atraso na agricultura. Segundo Fernandes (2008, p.31 apud Tonet, R.M, 2008, p.30).

A extensão rural no Brasil surgiu no pós-guerra, em Minas Gerais, de acordo com o modelo dos Estados Unidos, como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo, dada a necessidade da indústria brasileira, que se implanta a partir de 1930, conjugando crédito rural, conhecimento tecnológico e difusão de técnicas agropecuárias, através de assistência técnica.

De acordo com Fernandes (2008), a extensão rural no Brasil surge devido estímulo de crescimento econômico capitalista nos Estados Unidos, o Brasil adota o modelo e acelera o processo de agricultura no campo. A ideia da extensão rural teve início por meio da orientação de seu fundador, Prof^o. Peter Henry Hofs, que organizou primeira semana do Fazendeiro¹, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), juntamente com os líderes rurais e professores, no Estado de Minas Gerais. Só em 1948 a antiga escola Superior de Agricultura e Veterinária da Viçosa transformou-se em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), e contava com um Departamento de Extensão, no sentido de integração Ensino – Pesquisa - Extensão.

Desde então, houve no decorrer da história, uma e profunda transformações no modelo de desenvolvimento rural. Para entendermos melhor essa trajetória da extensão rural, subdividiu em 5 (cinco) fases, apontada por vários autores como Ruas (2006), Lisita (2005), Dias (2006), descreve-se abaixo um resumo de alguns acontecimentos que marcaram a trajetória da Extensão Rural no Brasil desde sua institucionalização em 1948, até os dias atuais. Assim: a primeira fase, chamada “humanismo assistencialista”, deu início no ano de

¹ A Semana do fazendeiro é um evento realizado pela Universidade Federal de Viçosa desde 1930 que consiste em uma reunião anual de agricultores que recebem aulas práticas com demonstrações de métodos sobre assuntos agropecuários.

1948 até 1963, dessa forma, em 06/12/1948, um convênio entre a AIA e o governo do Estado de Minas Gerais e introduzia no país um programa de assistência Técnica ACAR²/MG. Segundo Ruas (2006), o instrumento principal de intervenção, nessa fase inicial, foi o crédito rural supervisionado, em que a família do produtor e técnicos decidiam, conjuntamente, em que atividades aplicar os recursos financeiros, bem como aspectos relacionados à gestão desses recursos, ficando a supervisão e assistência técnica a cargo dos extensionistas.

Sendo assim, objetivo era de melhorar as condições de vida no campo, através da produtividade utilizando assistência técnica e o crédito do programa. Segundo Ruas (2006, p.3), “O crédito rural, em geral, era direcionado à tecnificação da produção, assim como reformas habitacionais e aquisição de máquinas e equipamentos de uso doméstico”.

A segunda fase conhecida como “Difusionismo produtivista” durou de 1964 até 1979. Para Ruas (2006), este período traz significativas mudanças na orientação do crédito rural, que deixa de ser supervisionado e passa a ser orientado. Na prática, essa mudança expressa à nova lógica do modelo de desenvolvimento. A política de investimento na unidade familiar é deixada de lado e o crédito rural é direcionado para a modernização da agricultura.

Ruas (2006), afirma que nesse período o crédito rural deixa de ser supervisionado para atuar como orientado, com estímulo ao aumento da produção e produtividade, houve uso intensivo de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Acerca dessa fase Lisita (2005), afirma que o foco estava na aquisição por parte dos produtores, de pacotes tecnológicos modernizantes, ou seja, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”.

A terceira fase deu início dos anos 1980 até 1989, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de um “Humanismo Crítico”. Lisita (2005, p.3) afirma que “a grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores”.

Nesse período foram mantidos os programas especiais citados no artigo, na década de 1970. Nesse contexto da história o Brasil segundo Ruas (2006), se encontrava em crises, recessão econômica, desemprego, lutas por melhores salários e reivindicações dos produtores

² ACAR (Associação de Créditos e Assistência Rural), foi uma Instituição pioneira em Assistência Técnica e Extensão Rural no país.

por melhores preços. O estudioso enfatiza que a população rural começou a organizar para debater e propor ações para diversas problemáticas, a exemplo, reforma agrária e a crise sócio-ambiental da agricultura brasileira. Nesse sentido, assegura Ruas (2006, p.6), os movimentos sociais, e organizações de pequenos trabalhadores rurais, como a CONTAG (Confederação dos trabalhadores na Agricultura), ganharam força e expressão com a participação dos agricultores rurais e outros segmentos sociais.

O Brasil leva um processo de redemocratização, que culminou com a promulgação, 1988, diante dos fatos ocorridos dentre outras conquistas vale resaltar mantimento do serviço de assistência técnica e a extensão rural pública e gratuita destinadas aos agricultores e assentados de reforma agrária. Ruas (2006), comenta que “Ainda em 1988, foi constituído na EMATER-MG, o núcleo de Organização e Metodologia, composta por uma equipe multidisciplinar, com o compromisso de estabelecer diretrizes para o trabalho da empresa com os pequenos produtores a parti de metodologias participativas”.

A quarta fase inicia em 1990 até 2004 é a chamada de “Diversificação Participativa”. Para Lisita (2005) nesse período caracteriza aproximação da sociedade com o poder público, começa com um processo de consolidação criando espaços para o público, tendo voz ativa, diante dos projetos rural, formulação e implementação, ganhando fortalecimento nas estratégias, valorizando seus conhecimentos.

Sendo assim Lisita (2005, p.16) Afirma que:

O desafio dos órgãos de pesquisa, universidades e movimentos sociais é o de criar estratégias para colocar em prática metodologias participativas de ATER, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes no processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

De acordo com a estudiosa todo procedimento, deve ser executado no ato inicial juntamente com os agricultores familiares desde a teoria até a aplicação prática das tecnologias.

Nessa última fase que iniciou - se 2004 até os dias atuais, deu-se o nome de “Transição Agroecológica”. Nesse período é bom ressaltar a reestruturação da extensão rural pública por meio da PRONATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). As principais mudanças que ocorreram durante esse período no meio rural foi, segundo Dias (2006), maior diversificação das ocupações das famílias rurais que cada vez mais abrange ocupações não agrícolas, importância da participação dos agricultores para aderir conhecimentos e democratizar suas relações com os técnicos.

De forma complementar, Rogers (1995), ao retratar acerca da abordagem da extensão rural em diferentes contextos preconiza três tipos, quais sejam: Abordagem Diretiva; Abordagem Reativa e Abordagem Interativa em que evidência os papéis atribuídos aos extensionistas e aos agricultores. No primeiro caso, nota-se um papel passivo tanto do extensionista quanto do agricultor perante aos grandes centros de pesquisas. Já na fase Reativa o extensionista passa a ter um papel ativo e considerado o único detentor do conhecimento perante ao agricultor. Por fim, na fase Interativa pressupõe –se entrelaçamento entre os diferentes conhecimentos. Após esta rápida apresentação de aspectos acerca das diferentes abordagens da Extensão Rural no Brasil, o próximo tópico se dedica a entender o papel da mesma no desenvolvimento local e sustentável.

2.1 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

Segundo Vachon (2008), determina três princípios fundamentais, em que deve se basear em desenvolvimento local. O primeiro deles é que o desenvolvimento local não se deriva da função e do valor econômico das atividades e da organização social dos indivíduos, ou seja, não se pode associar automaticamente crescimento de produtividade e desenvolvimento, assim a ideia de desenvolvimento exige incluir outros valores que não só estes ligados com economia. Além disso, o segundo princípio aponta que o desenvolvimento não depende só de grandes sistemas macroeconômicos e nem de instituições centralizadoras, mas sim com as microiniciativas, isso porque os sistemas macroeconômicos atual exigem condições que nem todas as coletividades, nem todos os territórios nem todos os indivíduos podem satisfazer, durante muito tempo acreditava-se que o modelo poderia ser universal e desta forma as coletividades que não podem satisfaze-lo. E por fim e em especial, é que deve ser considerar que é que as pessoas são as forças motrizes do desenvolvimento. Como bem enfatiza o autor é necessário examinar esses princípios para compreender melhor a participação na redefinição de novos pensamentos tradicionais de desenvolvimento.

Baseado em outros autores como Veiga (2003), Abramovay (2005), e Soares (2006), entende-se o desenvolvimento sustentável como um processo que visa suprir as necessidades da geração da atualidade sem desagradar ou comprometer as gerações futuras. Ressaltando ainda uns dos fatores principais do uso do conceito desenvolvimento sustentável que é a sua relação com o meio ambiente na conservação do mesmo e de recursos naturais não renováveis.

O conceito de desenvolvimento pode se considerado, em sua formulação teórica mais ampla, segundo Esteva (1996, apud Tonet, 2008, p.28), como uma formulação significativa acerca de potencialidades sociais, culturais e econômicas da sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental.

Vachon (2008) defende a ideia de que a evolução da economia atual é paradoxo porque gera simultaneamente riqueza e pobreza, embora do ponto de vista estritamente macroeconômico os analistas da situação econômica do mundo descrevem uma situação positiva. Segundo o estudioso uma parte desse desequilíbrio origina-se no eixo que mostra políticas de desenvolvimento são fundamentalmente de crescimento econômico que dissocia produção e população. Assim, a evolução macroeconômica se baseia no princípio de discriminar os elementos produtivos em função de sua capacidade para responder as exigências do mercado. Na visão do autor este princípio produtivo se aplica tanto nos

territórios como nos indivíduos isso se explica também pelas decisões políticas de desenvolvimento econômico, da organização do território e ainda pelas condições geográficas e finalmente pelas atitudes e comportamentos da população local e regional frente ao desenvolvimento. O estudioso defende ainda que existe uma desvitalização local, para tanto, essa conta com fatores endógenos e exógenos. Em relação aos fatores endógenos dessa desvitalização local, o autor aponta o êxodo e o empobrecimento e também o envelhecimento, bem como, o baixo nível de escolarização, falta de informação e o desinteresse político como sendo os responsáveis pela desvitalização local. Já os fatores endógenos da desvitalização local se dá a partir da situação de desemprego gerada pela combinação de fatores exógenos. Assim a situação de subemprego provoca o êxodo de jovens, e conseqüentemente o empobrecimento, envelhecimento e pobreza da população. Assim a vida social vai se degradando progressivamente.

Assim, ao se abordar o conceito de desenvolvimento, deve-se e considerar além dos econômicos. Abrange muito além, pois envolve elementos que contribuem na melhoria da qualidade de vida de todos que estão inseridos.

Sachs (2002) definiu desenvolvimento sustentável considerando 8 dimensões da sustentabilidade, quais sejam: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológico, política nacional e internacional. Neste trabalho utilizaremos as dimensões preconizadas por Sachs (2002) como categoria analítica para verificar as ações desenvolvidas pela Ruraltins. Para tanto, apresenta-se no quadro a seguir a descrição de cada dimensão.

Quadro 01: Dimensões de desenvolvimento preconizado por Sachs (2002)

DIMENSÃO	DEFINIÇÃO
Ambiental	A dimensão ecológica é a mais conhecida e defendida pela maioria dos estudiosos do tema a partir das conferências ambientais da década de 70. É caracterizada pela compreensão e respeito às dinâmicas do meio ambiente. Exige a reflexão de que o ser humano não é dono do meio ambiente. Ao revés, é parte integrante e dependente dele. A dimensão não é susceptível a dúvidas por se referir ao equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética, incluindo, também, a manutenção dos recursos abióticos e a integridade climática.
Econômico	A Dimensão Econômica é realizada por meio de alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos.
Social	A dimensão social deve ser entendida como a busca pela boa sociedade a fim de construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição

	do "ter" (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida.
Cultural	A dimensão cultural, por sua vez, é a promoção, preservação e divulgação da história, das tradições e dos valores regionais, bem como acompanhamento de suas transformações. Para que essa dimensão seja atingida, mister valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso a informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais
Territorial	A dimensão territorial refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Psicológico	A dimensão psicológica engloba a sensação de felicidade que transcende o aspecto social, pois a emoção é um atributo que faz parte do inconsciente de cada pessoa.
Política nacional	A dimensão política é dividida em nacional e internacional. A primeira está inserida na participação democráticas das tomada de decisões.
Política Internacional	A dimensão Política internacional tem estreita relação com o trabalho incessante da Organização das Nações Unidas – ONU objetivando o defesa e a prevenção de guerras, em busca da paz e na promoção da cooperação científica e tecnológica entre os países, assim como a manutenção do sistema internacional financeiro e de negócios.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da leitura de SACHS (2002). As dimensões do Desenvolvimento sustentável. Acessado pelo site: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b9b3436fc4466e9>.

Assim, observa-se que as concepções de desenvolvimento nas discussões contemporâneas superam aquela atrelado unicamente ao crescimento econômico e pressupõe o entrelaçamento das questões ambientais, sociais, políticas, institucionais.

3. METODOLOGIA:

Segundo Triviños (2011, p.133) “estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Para a realização deste artigo foram desenvolvidas pesquisas na sede da Ruraltins, empresa pública de extensão rural, localizada no município de Araguaína/TO. A princípio foi

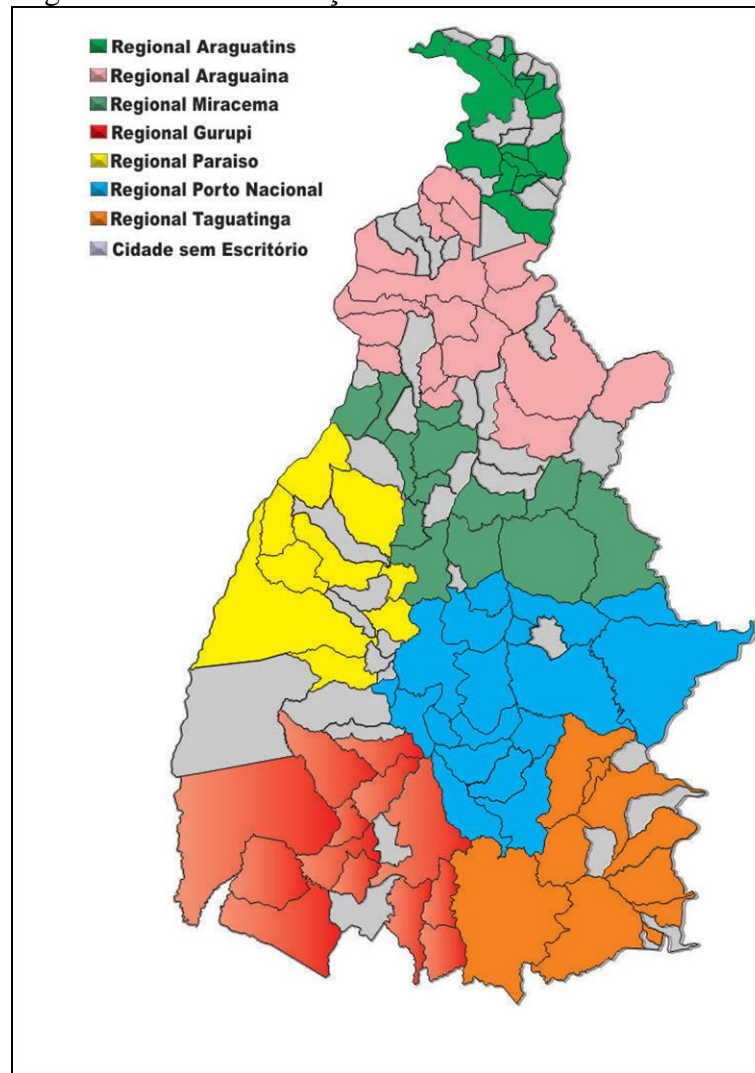
realizado um levantamento bibliográfico através de pesquisa, em dados obtidos em livros, artigos, publicações e materiais obtidos da *internet*, os quais serviram de fundamentação para o desenvolvimento teórico para formação desse trabalho. Além disso, foram realizadas entrevistas com duas técnicas representantes da Ruraltins de Araguaína no estado do Tocantins, a fim de averiguar, quais os serviços que a instituição oferece para o público que atende, e quais conhecimentos e capacitação são oferecidos aos produtores rurais, também foi feito uma coletada de diagnóstico das áreas de abrangência do município e até aonde se estende os seus domínios na região, e por meio dessa pesquisa recolhida através da própria instituição. Visando assim, identificar quais serviços oferecidos para população da região de Araguaína no ano de início desse projeto de 2013. A ida a campo possibilitou identificar as áreas de abrangência no município e com isso interpretar as realidades dos municípios atendidos pela instituição.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mencionado, o trabalho parte da perspectiva de Sachs (2002), sobre desenvolvimento para entender quais dimensões os serviços praticados pela Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins) abarcam.

Esta instituição antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), aqui na região, foi implementada no Estado, no dia 21 de abril de 1989, em uma autarquia criada pela lei n.º 20/89, vinculada com outros órgãos à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento rural sustentável. A figura a seguir apresenta a área de abrangência da instituição.

Figura 01: Abrangência da área de atuação da Ruraltins no Estado do Tocantins.



FONTE: Mapeamento da abrangência do Ruraltins no site <http://sistemas.ruraltins.to.gov.br/contatos/>.

No estado, o Ruraltins está distribuída em escritórios regionais e unidades locais de execução de serviços, sendo a sede principal em Palmas, contando ainda com sete escritórios e 92 (noventa) unidades locais de execução de serviços. No que tange a sede regional de Araguaína são atendidos os seguintes municípios: Araguaína, Arapoema, Araguanã, Babaçulândia, Bernardo Sayão, Brasilândia, Colinas, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Nova Olinda, Piraquê, Palmeirante, Pau D arco, Santa Fé e Xambioá”.

O quadro apresentado a seguir sistematiza as dimensões de SACHS (2002) sobre desenvolvimento de acordo com as ações desenvolvidas pela Ruraltins.

Quadro 02: Comparativo entre as dimensões preconizadas por SACHS com o serviço prestado pela Ruraltins.

DIMENSÃO	RURALTINS
Ambiental	Realiza Estudo de Impacto Ambiental (EIA): Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) Plano de Controle Ambiental (PCA) Relatório de Controle Ambiental (RCA) Elabora projetos para recuperação de áreas degradadas (PRAD) Elabora projetos para averbação de reserva legal Elabora projetos para outorga de uso de recursos hídricos Faz locação e orienta a construção de terraços.
Econômico	Implantação e fortalecimento de agroindústrias no meio rural,.
Social	Processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Fortalecimento da cooperação e de suas organizações associativas e representativas
Cultural	Promove feiras que evidenciam a cultura local tais como o projeto Sustentável da pesca Artesanal do Rio Araguaia (TO), a feira da Mulher de Brejinho de Nazaré, capacitação Plano ABC, capacitação de Produtores. E como outras feiras a mais.
Territorial	Políticas do Território são executadas através dos escritórios locais que abrange o estado por sua região, tendo a possibilidade de levar seus técnicos em diversa localidade no estado do Tocantins.
Psicológico	Melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
Política nacional	Participa de diferente chamada Publica Participa na elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento sustentável do meio rural;
Política Internacional	Participação em Seminários - promover o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais sobre diferentes temas.

Fonte: Pesquisa realizada pela o site da Instituição e entrevistas com representantes

Segundo informações fornecidas pelos órgão o instituto trabalha de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável com estratégias estabelecidas, na zona urbana com compra direta, escolas urbanas com hortas escolares, hortas domésticas e hortas comunitárias e na zona rural trabalha na agricultura familiar que pertencem ou não a assentamento e crédito rural.

A Ruraltins possui um papel de grande importância no município de Araguaína, atendendo 198 famílias rurais, segundo informou seus representantes “e responsável pela prestação de assistência técnica e extensão rural esses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado do Tocantins”.

Segundo a Ruraltins (2018) o público atendido pela instituição são na maior parte das vezes beneficiários diretos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, os produtores (as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas.

Ao observar a concepção de desenvolvimento preconizado pelo SACHS (2002), observa-se que a atuação da instituição perpassa pelas oito dimensões descritas, contribuindo assim para desenvolvimento local de sua área de abrangência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este artigo se propôs, a conhecer e analisar o contexto histórico decorrente desde a implantação do sistema de Extensão Rural no Brasil até sua vinda ao município de Araguaína.

A partir do estudo realizado sobre a prática da Extensão rural cabe a responder a pergunta de que forma as instituições pública, no caso desse trabalho, a Ruraltins, atua na promoção do desenvolvimento na região que abrange cidade de Araguaína-To? O Município de Araguaína, e região tais como: Arapoema, Araguanã, Babaçulândia, Bernado Sayão, Brasilândia, Colinas, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Nova Olinda, Piraquê, Palmeirante, Pau D arco, Santa Fé e Xambioá, concluiu-se que o mesmo tem um papel fundamental na sua atuação no município tendo uma equipe capacitada em relação às novas tecnologias rurais, que são adaptadas e levadas até os setores rurais, tais como os produtores (as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas, em Arapoema. Visando a conservação e recuperação de Agroecossistemas e esse trabalho que o órgão executa e através de elaboração de projetos que não venha causar danos ao meio ambiente.

Diante da segunda pergunta elaborada na introdução. Qual relação existente entre a extensão rural e as estratégias de desenvolvimento? O instituto torna-se um agente de grande importância no Estado e no município impulsionando o agricultor no desenvolvimento, elevando na melhoria da qualidade de vida e na rentabilidade da população rural, o órgão disponibiliza um grande número de projetos que visa ao desenvolvimento rural, tais como: Capacitação, Conservação e Recuperação de Agroecossistemas, Assistência Técnica e Área Ambiental. Assim elevando a familiar rural o conhecimento adquiridos pelas estratégias no desenvolvimento rural como no plantio e condução de lavouras para produção de grãos, cereais, frutas e hortaliças, na criação de bovinos de corte e leite e pequenos animais (ovinos e

caprinos); na criação de abelhas (apicultura); na construção de tanques para criação de peixes (piscicultura); elabora e orienta a implantação de projetos de irrigação, elabora e acompanha a implantação de projetos de créditos rural das atividades agropecuárias financiadas pelos bancos, principalmente Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

O Ruraltins também promove ações onde leva o agricultor familiar a organizar, produzir e agregar, tendo assim vários fatores como as feiras e encontro da agricultura familiar e também na compra direta gerando um desenvolvimento econômico e social no Estado e no município.

Entretanto, o estudo aponta que esta instituição promove o desenvolvimento local sustentável, ressalta-se que um estudo de caso mais aprofundado deve ser realizado.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Ambiente Brasil, **ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural**. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/extensao_rural/definicoes_de_extensao_rural.html. Acessado em: 26 de julho de 2013.

As Dimensões Do Desenvolvimento Sustentável, Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b9b3436fc4466e9>. Acessado em: 16 de Junho de 2018.

Dimensões da Sustentabilidade. Disponível em: <https://naraiz.wordpress.com/2013/03/05/dimenses-da-sustentabilidade/>. Acessado em: 18 de Junho de 2018.

DIAS, M. M. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: limites e potencialidades. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, Vol. 1, N°. 1, P. 101-114, Jan/Jun 2008.

FERNANDES, M. I. A extensão rural no Brasil. Disponível em: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/page/2/?s=extens%C3%A3o+rural+no+Brasil>. Acessado em: 19 de Setembro de 2013.

LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56338/1/ADM077.pdf>. Acessado em: 25 de junho de 2018.

REIS, Márcio Carneiro dos. **O campo em Debate. O Debate Desenvolvimentista e as Representações do Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, EDUR, 2008.

RUAS, Elma Dias e outros. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR**. Belo Horizonte – MG. 2006. p. 3. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4323679/mod_resource/content/0/LIVRO%20MEXPAR.pdf. Acessado em 20 de Setembro de 2013.

RURALTINS, **Área Ambiental**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/rea-ambiental/>. Acessado em: 15 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Conheça o Ruraltins**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/conheca-o-ruraltins/>. Acessado em: 14 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Feira e Encontro da Agricultura Familiar de Araguaína**, <http://central2.to.gov.br/img/?site=7&id=177> Acessado em: 20 de Setembro de 2013.

RURALTINS, **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**, <http://ruraltins.to.gov.br/conteudo.php?id=17> Acessado em: 21 de Setembro de 2013.

RURALTINS, **Ruraltins Avalia Atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2017/11/6/ruraltins-avalia-atividades-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural/>. Acessado em: 16 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Ruraltins Incentiva a Economia Rural com Agregação de Valor a Frutas Nativas**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2011/3/3/ruraltins-incentiva-a-economia-rural-com-agregacao-de-valor-a-frutas-nativas/>. Acessado em: 14 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Ruraltins Participa da Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural em Dianópolis**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2016/2/15/ruraltins-participa-da-conferencia-territorial-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-em-dianopolis/>. Acessado em: 10 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Ruraltins Prepara Unidades Produtivas para Agrotins 2018**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2018/3/14/ruraltins-prepara-unidades-produtivas-para-agrotins-2018/>. Acessado em: 10 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Seminário Internacional sobre Manejo Integrado do Fogo Encerra Projeto Cerrado - Jalapão**, Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2017/11/22/seminario-internacional-sobre-manejo-integrado-do-fogo-encerra-projeto-cerrado-jalapao/>. Acessado em: 17 de Junho de 2018.

RURALTINS, **Técnicos do Ruraltins são Capacitados para Atuar em Ações de Agroecologia**. Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2016/3/1/tecnicos-do-ruraltins-sao-capacitados-para-atuar-em-acoes-de-agroecologia/>. Acessado em: 18 de Junho de 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, G. Desenvolvimento local e territorialidade. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006. p. 35-52.

TONET, Ricardo Moncorvo. **Algumas sugestões sobre o novo papel da Extensão Rural frente ao desenvolvimento local sustentável.** Informações Econômicas, SP, v.38, n.10, Out. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo – SP. 2011. (p.113).

VACHON, B.; COALLIER, F. **El desarrollo local: teoría y práctica. Reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo.** Gijón, Ediciones Trea. 302 p, 2002